

Memórias e rastros da liberdade

Marinéia S. da Silva*

Resumo: Este texto enfoca memórias sobre a formação das “terras de preto” Macaco e Beira de Cerca na Fazenda Harmonia município de Candeal – BA. Utilizo como fonte entrevistas realizadas com moradores das comunidades maiores de 50 anos de idade. Busco a partir das memórias alguns entremeios da micropolítica cotidiana que possibilitaram as sucessivas gerações de descendentes de escravos da propriedade a permanecerem no lugar fortalecendo laços comunitários tecidos a partir do parentesco. Este trabalho se insere nas discussões sobre o período da pós-abolição no Brasil que tem contribuído para construir outras interpretações sobre temáticas como cor, escravidão, cidadania, liberdade, ao tempo em que, re-visita o modelo da cidadania tutelar que fomentam as justificativas do clientelismo político no sertão baiano.

Palavras chaves: Macaco e Beira de Cerca, comunidades negras e memória.

Memories and traces of freedom

Abstract: This text focuses on the formation of memories "the black land" of “Macaco” and “Beira de Cerca” Harmony of the farm in the municipality of Candeal - BA. Use as source interviews with community residents older than 50 years of age. I take some memories from the insertion of micro everyday that allowed the successive generations of descendants of slaves of the property to remain in place strengthening community ties tissues from the relationship. This work is part of the discussions on the period of post-abolition in Brazil that has helped build other interpretations on issues such as race, slavery, citizenship, freedom, the time when, re-visit the model of citizenship that foster care the justifications political patronage in the hinterland of Bahia.

Key Words: Macaco and Beira de Cerca, black communities and memory.

Introdução

Esse texto tem como objetivo fazer uma primeira discussão a cerca da formação das comunidades negras rurais de Macaco e Beira de Cerca da Fazenda Harmonia, município de Candeal – BA. Inicialmente trato dos últimos anos da escravidão na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Riachão do Jacuípe, para tal, utilizo textos da época, registros eclesiásticos e cartoriais, em tempo informo sobre as propriedades da família Ribeiro Lima e sobre o poder político exercido por eles na região da Vila de Nossa Senhora da Conceição de Riachão do Jacuípe e posteriormente na cidade de Candeal-BA. Por fim, foco nas memórias de moradores das comunidades e no que tem sido produzido na academia sobre quilombos, observando algumas estratégias de sobrevivência desenvolvidas por homens e mulheres

* Doutoranda do Programa de Pós- Graduação e Estudos Étnicos e Africanos do Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia

desses “lugares de preto”¹ que ainda hoje moram e plantam dentro da fazenda dos descendentes daqueles que no passado foram “senhores” de seus antepassados.

Breves apontamentos sobre a escravidão em Riachão do Jacuípe

A busca por pedras preciosas motivou as primeiras incursões dos colonizadores pelos sertões baianos orientados pelos cursos dos grandes rios. A condução das boiadas, o estabelecimento dos currais promoveram a fixação d’alguns daqueles no sertão (ABREU, 2006: 176), não sem antes terem de enfrentar os “povos da terra”. Aos pioneiros nas atividades de matar, expulsar ou escravizar “os da terra” eram concedidos quinhões de dimensões inimagináveis. Fontes da época indicam que a propriedade dos Garcia D’Ávila, que ia da Bahia ao Piauí, contava 200 léguas de terra. Segundo testemunho de Gabriel Soares de Souza, eles possuíam 10 currais e uma povoação com grandes edifícios, ocupando uma larga extensão territorial até o rio Jacuípe ao sul (FREIRE, 1906).

O trabalho escravo foi peça importante desde os primeiros anos da colonização dos sertões. Inclusive, entre os critérios estabelecidos para o recebimento de sesmarias, estava a força da escravatura de que fosse o súdito possuidor (FERLINE, 2003: 231). No que se refere ao sertão dos Tocós, João Peixoto Viegas e seu irmão Felipe Peixoto obtiveram por provisão, em 1619, uma grande sesmaria em Itapororocas e Jacuípe e muito auxiliaram na repressão dos bárbaros que conflagraram para o centro da Bahia. No início do século XVIII, a propriedade de João Peixoto Viegas compreendia as terras campos das Itapororocas, Jacuípe e Água Fria, e por serem seus solos explorados sob forma agrícola e pastoril, lançaram a semente do povoamento na região.²

Na poética descrição de Eurico A. Boaventura, o rio Jacuípe, “cujo marulho das águas era como o aboio do sertão tangendo a desconhecida e invisível boiada de sombras, na centúria dos setecentos, mandou-se buscar carne aí para a capital”(BOAVENTURA, 1989: 37) aparece como o vale da manutenção, dada a sua posição geográfica em relação com o recôncavo e a capital. Vilhena informa que, no alvorecer do século XIX, havia cerca das 317 fazendas de gado existentes nessa área, além das estradas por onde eram transportadas as boiadas que vinham do Piauí. Os que conduziam as boiadas eram brancos, mulatos, e pretos, e também índios.

¹ Expressão presente na fala dos moradores de Candeal e regiões circunvizinhas quando se referem a povoações como Macaco, Beira de Cerca e Chapada.

² ANNAES DO ARCHIVO PÚBLICO E DO MUSEU DO ESTADO DA BAHIA, Salvador : Imprensa Oficial do Estado, S/d.

A fazenda Riachão era um dos lugares de pouso dos vaqueiros após as longas jornadas diárias conduzindo as rezes vindas do sertão do Piauí e do São Francisco em direção à Feira de Santana. No rastro das boiadas, nasciam as povoações sertanejas. Em 1823, encontra-se referência à capela de Nossa Senhora da Conceição de Riachão, que posteriormente fora elevada à categoria de freguesia pela Lei Provincial nº. 276, de 25 de maio de 1847, com o mesmo orago. A partir de então, diversas capelas ficaram subordinadas à freguesia de Riachão: Bom Jesus da Lapa de Pé de Serra; Sagrado Coração de Jesus de Ichú, entre outras, com destaque para a de Senhor do Bonfim do Candéal.³

Pretos no sertão dos Tocós eram empregados na condução das boiadas, nas lavouras, nos serviços domésticos e noutras tantas tarefas que movimentavam o cotidiano dos recônditos distantes do litoral. Inventários da segunda metade do século XIX, comprimidos em caixas-arquivo numa pequena sala do Cartório Cível do Fórum Desembargador Abelard Rodrigues– Comarca de Riachão do Jacuípe - informam-nos a respeito dos pretos e fulas escravizados e libertos, dos ingênuos e idosos que povoavam a circunscrição da Paróquia do Riachão do Jacuípe na época em que foi elevada à categoria de vila pela lei provincial 1º de agosto de 1878.

Na contato com os inventários, noto a freqüência com que aparece a posse do gado bovino, equino, caprino e ovino, mas também prensas, cochos, utensílios para a fabricação da farinha de mandioca. Como em outras localidades do vale do Jacuípe, a população da vila de Riachão vivia da criação do gado, da plantação de mandioca, fumo, algodão e outros produtos de subsistência. Era na lavoura que comumente se empregava a mão-de-obra cativa, sendo raras as referências a outras ocupações (como doméstico e carapina). A partir da leitura das matrículas de escravos, observo que predominavam, na região, pequenos plantéis, entre 1 e 5 cativos por proprietário, geralmente adquiridos por herança, e nascidos na própria região (Camisão, Santa Bárbara, Jacobina, Serrinha). Essas informações coadunam com o estudo de Eivaldo Fagundes Neves sobre a região de Bonito, no Alto Sertão da Bahia, onde ele identificou a predominância dos pequenos plantéis de escravos, que eram administrados pelos próprios senhores e “senhorzinhos”, e distribuídos por diversas unidades produtivas. O autor observou também a existência de poucos cativos especializados numa profissão e que, não raro, os proprietários e suas famílias trabalhavam juntos com os seus cativos. Tal proximidade proporcionava um controle individualizado dos escravos que, sutilmente utilizavam-se dessa

³ Histórico das Paróquias de Nossa Senhora da Conceição de Riachão do Jacuípe e Gavião (Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Feira de Santana)

relação, para amenizar a degradação do cativo explorando os laços de compadrio no intento de forjar estratégias de liberdade (NEVES, 1998: 187).

Em 1881, no Cartório Cível da Villa de Riachão do Jacuípe foi lavrado o auto de contrato de serviço entre a liberta Febrônia e o proprietário Olegário Ribeiro Lima (filho de José Ribeiro Lima). Febrônia, não querendo mais servir a seu dono tomou a quantia de 400#000 réis emprestada a Olegário para comprar a liberdade. Daí firma-se o contrato “fica a liberta obrigada a prestar serviços ao referido proprietário pelo espaço de 6 anos e nove meses, como pagamento da referida quantia que do mesmo recebera”.⁴

Mas, apesar da especificidade da utilização da mão-de-obra cativa no sertão baiano, marcada pelos pequenos plantéis, para a região de Riachão do Jacuípe, encontrei inventários de grandes proprietários, com números bem superiores de escravos. Joaquim Carneiro da Silva, dono da Fazenda do Bomsucesso, com 56 escravizados e José Ribeiro Lima, que residia na Fazenda Zumbi, na região do Candéal, com 66 escravizados, são dois exemplos. Os Ribeiro Lima figuram na análise de Freire sobre as fortunas nas terras de Feira de Santana, na segunda metade do século XIX, como possuidores de riqueza “grandes baixas”. Seus bens estavam concentrados na pecuária (1650 cabeças de gado) e em terras. No inventário do Capitão José Ribeiro foi encontrado alguns móveis de jacarandá, um relógio de parede e uma liteira, o que, para o autor denota alguma opulência (FREIRE, 2007: 133).

A partir de uma primeira leitura de documentos e dados da Vila de Riachão do fim do século XIX e primeira metade do século XX, é possível inferir que componentes da família Ribeiro ocuparam diversos postos de poder. Olegário Ribeiro Lima foi Juiz de Paz, em 1885, da referida vila e intendente em 1893. Coronel José Rufino Ribeiro Lima governou a cidade entre 1926 e 1929⁵.

Originou-se o município de Candéal dos terrenos doados pelo Capitão Mor, senhor Olegário Ribeiro Lima. O distrito emancipou-se de Riachão em 23 de abril de 1962, e Agnaldo Tavares Ribeiro Lima, bisneto de José Ribeiro Lima foi o primeiro prefeito do município (OLIVEIRA, s/d: 15). Ao que parece, na época, já preparava a carreira política de seu filho, José Rufino Ribeiro Tavares Lima Bisneto. Não deve ser coincidência o fato de que a data de emancipação política da cidade seja a mesma do aniversário do jovem rapaz que, na época tinha 11(onze) anos de idade. José Rufino Ribeiro Tavares Bisneto, o “famoso” Ribeiro Tavares, com o slogan “A força do sertão”, tem uma trajetória política invejável ocupou cadeiras no legislativo federal e estadual e atualmente é prefeito de Candéal.

⁴ Fórum Desembargador Abelard Rodrigues – Riachão do Jacuípe –BA. Arquivo da Vara Cível, Cx. 01.

⁵ Histórico dos Prefeitos de Riachão do Jacuípe. s/d

De acordo com o recenseamento de terras, de 1920, entre as propriedades de Riachão do Jacuípe as fazendas Harmonia, Zumbi, Gamelleira, Tanque, Genipapo e Poço da Pedra pertenciam aos descendentes do Capitão José Ribeiro Lima⁶. Dessas a Zumbi e a Harmonia existem na atualidade e estão localizadas no perímetro do atual município de Candéal- BA.

Macaco e Beira de Cerca

Portanto, para além da riqueza e do suposto prestígio político de José Ribeiro Lima e familiares, são as comunidades negras que existem nas terras que pertencem a seus descendentes, na atualidade, a minha motivação. Macaco com 322 habitantes e Beira de Cerca com 204, em sua maioria mulheres e crianças. Estão situadas dentro da Fazenda Harmonia no município de Candéal-BA. Próximas uma da outra, separadas por uma cancela e pelos sentimentos de pertença de seus integrantes que fazem questão de firmarem-se em oposição aos vizinhos. Ouvi dos moradores de Beira de Cerca a expressão “isso é coisa do povo do Macaco. Aqui é diferente”. Vivem do plantio de milho, feijão e mandioca em “suas roças” e da aposentadoria dos mais velhos. As senhoras entrevistadas contam saudades dos filhos e filhas que foram para as cidades grandes, choram ausências e falta de notícias.

Os moradores de Macaco e Beira de Cerca, que são vistos na região como “gente de Ribeiro”, certamente contribuíram para as sucessivas vitórias de Ribeiro Tavares nos pleitos eleitorais que disputou. Isso me remete às considerações de Fraga Filho sobre as memórias de descendentes de antigos senhores de engenho da Bahia. Por vezes, são feitas referências a ex-escravos que permaneceram nas propriedades, muitos anos depois da abolição, como “minha gente”, “meus moradores”, como se aquelas pessoas ainda lhe pertencessem (FRAGA FILHO, 2006).

O trabalho de Walter Fraga Filho é um dos pioneiros na análise da transição da escravidão para a liberdade na Bahia. Ele acompanha as trajetórias de escravos e libertos dos engenhos do Recôncavo baiano, buscando captar de que maneira o fim do cativo repercutiu em suas vidas cotidianas. Barganhar melhores condições de trabalho, migrar para outras regiões, lutar pela manutenção do acesso às feiras locais, foi algumas das alternativas de sobrevivência forçadas naquele contexto. O autor destaca as ações de rebeldia da população negra livre, a mobilidade dos engenhos para as vilas e cidades, as extensas redes de relações familiares, mas indica que muitos ex-cativos decidiram permanecer nas propriedades. Para os

⁶ RECENSEAMENTO do Brazil realizado em 1 de setembro de 1920.v. 3. Rio de Janeiro: TYP. da Estatística, 1922. p. 575-577

que tinham adquirido o “direito” de possuir roça, a abolição deve ter acenado com a possibilidade de fortalecer esses direitos (FRAGA FILHO, 2006: 150). O autor assinala que todas essas estratégias foram acompanhadas da luta contra padrões de domínio praticados durante o cativeiro.

Para Pinho (2001), as alforrias condicionadas funcionavam como um instrumento de manutenção do poder local, pois os escravos permaneciam próximos ao proprietário na condição de agregados ou meeiros. Outra estratégia dos senhores era tanto a prática da sedução quanto o uso de forças para manter libertos na condição de cativos. Ao analisar a “ação política” dos escravos de São José de Carinhanha e do Urubu, o autor dá mais relevância ao poder dos mandões locais e às suas astúcias de dominação do que às ações da população negra, que aparece principalmente como vítima obedientes. Apesar de, em seus textos, tentar manter o diálogo com a nova historiografia da escravidão, referindo-se a João José Reis, Eduardo Silva e Flávio Gomes, não apresenta avanços para a análise das teias dos poderes nos sertões. Pinho confirma a antiga tese da submissão e obediência dos cativos e libertos. Prefere analisar o comportamento político do homem pobre do sertão à luz de uma tradição interpretativa ainda prevalente em muitos círculos intelectuais brasileiros que reserva para este a posição de apático, analfabeto, obedientes, subordinado aos interesses dos chefes da política local (SILVA, 2005: 25).

Pois bem, muito tem se estudado sobre os escravizados que fugiram, que se aquilombaram.⁷ E sobre os que permaneceram nas propriedades de seus antigos senhores como o povo da Macaco e Beira de Cerca da Fazenda Harmonia? Este trabalho, que está apenas iniciando, se insere nesta lacuna. Tanto quanto fugir, penso que a decisão de ficar também tenha motivado negociações e resistências. Discussões teóricas-políticas em torno da idéia de comunidade negra foram intensificadas a partir da aplicação da Constituição de 1988 que prevê aos remanescentes das comunidades dos quilombos o reconhecimento da propriedade definitiva de suas terras. Debates entre juristas e antropólogos a respeito dos critérios usados para a identificação de comunidades movimentam os círculos políticos e acadêmicos. Para Cunha,

Não se pode definir grupos étnicos a partir de sua cultura, embora a cultura entre de modo essencial na etnicidade (...) a cultura não é algo dado, posto, dilapidável também, mas algo constantemente reinventado, recomposto investido de novos significados (CUNHA, 1987:101)

⁷ Ver entre outros GOMES, F. e REIS, J. J. Introdução do livro GOMES, F. e REIS, J. J (org) Liberdade por um fio. Sao Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Daí uma tendência de privilegiar a auto-identificação dos indivíduos, o sentimento de pertencer a dado grupo e às suas formas de organização social. Barth aponta para as categorias de inclusão e exclusão que possibilitam definir os limites entre os considerados pertencentes às comunidades e os de fora. A dicotomização entre membros e não-membros permite-nos especificar a natureza dessa comunidade e investigar a forma e o conteúdo da transformação cultural (BARTH, 1998).

As comunidades negras no pós-abolição aos poucos têm figurado na historiografia brasileira. No intento de romper com o binômio formação/destruição tão presentes nos estudos sobre quilombos e mocambos, Eurípedes Funes (1996) estudou comunidades do baixo Amazonas, sobretudo a do Pacoval. Suas origens, na argumentação do autor, são expressas não apenas na cor da pele de sua gente, mas sobretudo na memória, nas lembranças dos velhos, de histórias contadas por seus avós que remetem a um passado: o dos mocambos. Um passado nem sempre revelado nos documentos escritos, destaca o autor.

As memórias dos descendentes de cativos no pós-abolição surgem nas pesquisas no contexto em que multiplicam-se as denúncias contra o pensamento e as metodologias de pesquisa generalizantes marcadas pelo eurocentrismo, no momento em que torna-se imprescindível atentar para a “voz subalterna” (CARVALHO, 2006). Carvalho tratando da narrativa de uma mulher quebradeira de coco de babaçu num assentamento no Maranhão, destaca que a narradora fala da avó que morreu nos anos trinta. Sua avó contava que tinha sido escrava, mas que não foi muito judiada, aturou muito, morreu de velha não de judiada. Para o autor a narradora enfrenta a escravidão e se coloca no lugar de sujeito nos anos noventa do século vinte. Ousa negar-se a um lugar indesejado. Fala semelhante foi trabalhada por Funes no trabalho “Nasci nas matas, nunca tive senhor”, para os descendentes de escravos fugidos da região amazônica. Ou as memórias dos habitantes de Tijuacú –BA sobre a fuga de Marinha Rodrigues e sua instalação na região de Senhor do Bonfim, na Bahia estudadas por Miranda.

Mas o que falar daqueles que permaneceram nas terras dos antigos senhores como é o caso dos homens e mulheres de Macaco e Beira de Cerca, que em muitas ocasiões são nominados como “gente de Ribeiro” um chefe político da região. Nas visitas que fiz às comunidades, até o momento pouco se falou de escravidão. Mas muito se tratou da gratidão. Mostram-se gratos aos Ribeiro Lima pelas terras que plantam, pelo terreno doado para construção da Igreja Adventista da Promessa, mesmo contra a vontade da matriarca da família Ribeiro Lima, D. Minininha, a quem pedem a benção. Numa das primeiras entrevistas realizadas para este trabalho com D. Catarina, de 90 anos de idade, aposentada na Beira de

Cerca, senti a força das barreiras impostas por aquela senhora a uma forasteira que perambulava pela sua área pela segunda vez. As questões lançadas por mim perdiam-se na objetividade hostil de suas respostas. Meu embaraço foi quebrado quando de repente sua filha rouba a cena e começa a contar a trajetória da vida de sua mãe e da sua vida, num depoimento que constitui-se uma herança da bravura, da negociação e da resistência dos seus:

Minha mãe não morava aqui não. Morava no Candeal. Ela veio pra qui quando casou com meu pai .Ela via os filho da mulé tudo estudar, mas ela não deixava mãe estudar, não. Não deixava não viu. Mãe era só pra trabalhar dentro de casa. Trabalhar na cozinha. Quando tinha um casamento na região, vinham aqui buscar mãe pra ela cozinhar. Sabe cozinhar de tudo viu. Sabe mesmo, doce, bolo, de tudo ela sabe fazer... Mas mãe ficou com aquele pesar de não poder estudar. Quando a gente era pequeno, aqui não tinha escola, nem professor. Mãe contratou um professor particular pra dá aula a gente (...) Ela ia pra caatinga pegar licuri e colocava gente tudo pra quebrar. Cada um tinha uma tarefa de acordo com a idade. Eu que era mais velha quebrava 2 litros, meu irmão 1,5 ... Mas quando dava onze horas todo mundo ia pra casa toma banho pra estudar de tarde ... Com o dinheiro do licuri ela pagava o professor...⁸

A filha de D. Catarina, D. Joana tornou-se professora do Estado e hoje está aposentada. Pensar a memória é antes de qualquer coisa pensar num objeto de disputas e de contínua negociação. A memória é resultado de uma organização e seleção do que é importante, para o sentimento da unidade da coerência da identidade. Pollack argumenta que lembranças confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração para outra oralmente longe de significarem esquecimentos, significam resistências, opõe-se aos discursos oficiais. As memórias são guardadas em estruturas de comunicação informais que muitas vezes passam despercebidas pela sociedade englobante (POLLACK, 1989).

Referência Bibliográfica

- ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. Salvador: P555 Edições, 2006.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M. *A Invenção do Nordeste e Outras Artes*. Recife.
- FJN. Massagana. São Paulo: Cortez, 1999.
- FERREIRA, M de M. e AMADO, J. (orgs.) *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro:FGV, 1996.
- ALMEIDA, Kátia L. N. *Alforrias em Rio de Contas, Bahia - Século XIX*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.
- BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In. POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade: seguidos de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: UNESP, 1998.
- BOAVENTURA, Eurico A. *Fidalgos e Vaqueiros*. Salvador: UFBA, Centro Editorial e Didático, 1989.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. 2. ed. Sao Paulo: Cultrix, 1975.

⁸ Entrevista com D. Catarina Ferreira Lima 90 anos de idade, trabalhadora rural aposentada. Beira de Cerca, Candeal- BA em 27 de julho de 2008.

- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense, Ed. da Universidade de São Paulo, 1987
- FERLINI, Vera. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: DOMINUS/EDUSP, 1965.
- FERREIRA, Elisângela O. *Os laços de uma família: Da escravidão à liberdade nos sertões do São Francisco*. In. Afro-Ásia. Salvador (32), 2005.
- FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2006.
- FREIRE, Felisbelo. *História Territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Comércio, 1906.
- FREIRE, Luiz Cleber M. *Nem tanto ao mar, nem tanto à terra: agropecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana (1850-1888)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.
- GOMES, F. e CUNHA, O. M. G (org.) *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- GOMES, F. e REIS, J. J (org) *Liberdade por um fio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MIRANDA, Carmélia M. *Escravidão e Fuga na América Portuguesa: A história de Mariinha Rodrigues e seus descendentes na Bahia– Séculos XIX e XX*. In. Proj. História, São Paulo, (31), p. 391-402, dez. 2005.
- NEVES, Erivaldo F.. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de historia regional e local)*. Salvador: Feira de Santana, 1998.
- _____. *Posseiros, rendeiros e proprietários: estrutura fundiária e dinâmica agro-mercantil no alto sertão da Bahia (1750-1850)*. Recife, 2003. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco
- PINHO, José R. M. *Escravos, quilombolas ou meeiros? Escravidão e cultura política no Médio São Francisco (1830-1888)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, Salvador 2001.
- PIRES, Maria de Fátima Novaes. *O crime na cor : escravos e forros no alto sertão da Bahia (1830-1888)*. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2003.
- POLLACK, M. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, v. 2, n. 3, 1989.
- RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe Maria. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- RIOS, Iara N. A. *Nossa Senhora da Conceição do Coité: Poder e Política no século XIX*. Dissertação de Mestrado Universidade Federal da Bahia, Salvador 2001.
- Nacional, 1956.
- SILVA, Eduardo. *Dom Obá II d'África, o príncipe do povo : vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SILVA, Marinélia S. da. *Padre não deve se meter em política? Conflitos de política e religião em Riachão do Jacuípe nas últimas décadas do século XX*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, Salvador 2005.
- REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835..* São Paulo: Companhia das Letras, 2003.